



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças-SEMPA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES /2005

JANEIRO/2006
NATAL/RN

Prefeito da Cidade do Natal
Carlos Eduardo Nunes Alves

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças
Maria Virgínia Ferreira Lopes

Secretária Adjunta de Orçamento, Finanças e Gestão Participativa
Adamires França

Secretário Adjunto Instrumental
Manoel Júnior Souto de Souza

EQUIPE TÉCNICA

Assessora Técnica
Glenda Dantas Ferreira

Chefe de Gabinete
Sandra Regina F. Pequeno

Chefe do Departamento de Planejamento Participativo
Luiz Wilson Villar Ramalho Cavalcante

Chefe do Departamento de Participação Popular
Joscelito C. Martins

Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas
Arimá Viana

Chefe do Departamento de Informática
João Alfredo Guimarães

Chefe do Departamento de Projetos Especiais
Francisco Maxmiano Bezerra

Chefe do Departamento de Geoprocessamento
Juliano Márcio Pires de Sousa

Chefe do Departamento de Orçamento
Maria da Penha C. Vasconcelos

Chefe do Departamento de Finanças
Maria do Socorro de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é resultado de uma dinâmica de integração entre os departamentos e setores da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças de Natal (SEMPLA). Dinâmica esta iniciada em janeiro de 2005, quando da gênese da atual administração municipal do Prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves.

Fundamentados nos pressupostos do desenvolvimento sustentável e no movimento por Cidades Saudáveis, os trabalhos realizados no âmbito da SEMPLA priorizaram não somente a integração entre os seus departamentos e setores, mas também, e principalmente, entre todos os órgãos que compõem o poder público do município. Nesse sentido, buscou-se (busca-se) a sustentabilidade do desenvolvimento a partir da implementação de políticas públicas capazes de garantir a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs natalenses, através da qual o governo deve se envolver como um todo.

Para tanto, esse é um processo que almeja uma mudança na maneira de governar, o que significa a necessidade de transformação nos procedimentos de trabalho, redefinindo o planejamento e a forma de gestão.

O presente relatório sintetiza, portanto, as principais atividades desenvolvidas pela SEMPLA durante o ano de 2005, através de seus diversos departamentos e setores, em articulação com os demais órgãos da Prefeitura Municipal do Natal e em parceria com diversas instituições públicas e representativas da sociedade civil. A seguir são descritos as ações e os processos de trabalho empreendidos pela SEMPLA para atender aos objetivos desejados pela população de Natal e pelo governo municipal.

Maria Virgínia Ferreira Lopes

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e
Finanças

INTRODUÇÃO

Natal, cidade de quatro séculos, ainda continua sua luta para construir uma sociedade mais cidadã e democrática. A luta pela construção dessa sociedade data dos anos 30, afinal, Miguelinho e Albuquerque sempre expressaram uma inquieta vocação libertária. Vocação esta que serviu de inspiração para Djalma Maranhão, ilustre natalense que em sua prática política lutou ininterruptamente pela construção de um governo popular e democrático.

Tomando como referência este modelo e com o objetivo de resgatar o sonho interrompido de uma única e breve experiência de administração democrática e popular, demos início ao nosso trabalho, enquanto Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA), no ano de 2005. Na realidade, acreditamos que a gestão da cidade do Natal deve trilhar um caminho no qual haja um forte comprometimento com os valores da igualdade, da participação, da liberdade e da transparência, fruto das aspirações populares por uma cidade mais justa e democrática.

Dessa forma, pensar a cidade, planejá-la, saber de suas necessidades, conhecê-la, trata-la com carinho, é a principal função da SEMPLA, na qualidade de órgão de assessoramento técnico da Prefeitura Municipal do Natal.

Para isso, na busca de enfrentar o desafio de proporcionar uma administração democrática, oportunizando o exercício da participação ao cidadão natalense, a SEMPLA vem realizando um esforço permanente para ouvir a sociedade, através de seu Departamento de Participação Popular, traduzido na implementação do **Orçamento Participativo (OP) de Natal** (incentivando a cidade para participar da construção de seu ciclo orçamentário); bem como de seus Conselhos Consultivos e/ou Deliberativos, quais sejam: Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (**CONPLAM**), Conselho Municipal de Saneamento Básico (**COMSAB**) e o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (**COMCIT**).

É, portanto, através desses mecanismos, que a SEMPLA tenta encontrar formas de contribuir para um novo modelo de gestão da política urbana de Natal, priorizando o fortalecimento, a transparência, a eficácia e a autonomia da administração pública.

A SEMPLA também tem investido em estratégias de valorização da interdisciplinaridade, através de uma visão integrada de programas e projetos, no fortalecimento e modernização da gestão municipal e no desenvolvimento econômico da cidade, demonstradas pela implantação do *Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social – NATAL DO FUTURO*, e do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário – PRODEC*, pelos projetos *ÁFRICA VIVA*, *NATAL CIDADE VIVA*, *REABILITAÇÃO DA RIBEIRA*, contando com a participação de grande parte das Secretarias Municipais da Prefeitura do Natal, e do esforço em ampliar os projetos com a participação de outros municípios integrantes da Grande Natal, como o *Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal – NATAL METRÓPOLE/2020*, em fase de discussão.

Nesse sentido, a gestão da SEMPLA terá duas marcas que consideramos essenciais: a participação popular e a valorização do planejamento a curto, médio e longo prazo. A participação popular é um instrumento de transformação social de grande relevância, além de ser indispensável. O planejamento é, inquestionavelmente, um dos principais

instrumentos de intervenção pública, a partir do qual se definem diretrizes e estratégias em vista à consolidação e ao fortalecimento de um processo de desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente equânime.

Enfim, é tão somente com a construção de instrumentos de gestão democrática e participativa que seremos capazes de promover uma verdadeira transformação social.

1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste item, destaca-se a elaboração do *Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro*, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os projetos *África Viva*, *Reabilitação da Ribeira*, *Natal Cidade Viva*, *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC)* e o *Programa de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal*, que se encontra em fase de discussão. Temos também, relatados neste item, o *PPA Participativo* e a *2ª Conferência da Cidade do Natal*, compreendendo que a construção de uma política urbana sustentável e duradoura passa pelo agrupamento de sinergias entre todos que vivem na sociedade.

1.1 PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL DE NATAL – NATAL DO FUTURO

O Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro é uma importante decisão política do Governo Municipal, que objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população natalense. Tem-se como pretensão a construção de uma *Cidade Saudável com Inclusão Social*. Para tanto, o crescimento econômico no município tem que ser compatibilizado com uma melhor distribuição da renda e da riqueza socialmente produzidas, através de ações direcionadas à ampliação do acesso a serviços sociais públicos de educação, saúde, assistência social e habitação, na perspectiva de construir uma cidade incluyente e sustentável, tanto ambiental quanto economicamente. A premissa básica é que o processo de gestão da política urbana deve ser direcionado no sentido de promover a participação popular nas ações do poder público, através de uma gestão democrática e participativa da cidade. Portanto, reduzir as desigualdades sócio-territoriais e proporcionar um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável e integrado são compromissos assumidos pela Prefeitura da Cidade do Natal.

O enfrentamento de problemas como segregação espacial, dificuldades de mobilidade e acessibilidade urbana, exclusão de acesso a serviços públicos, deve ser colocado como prioridade, uma vez que a ausência de uma intervenção de impacto potencializa a deteriorização da qualidade de vida dos cidadãos e contribui para uma redução do crescimento da economia local. O Programa, portanto, não visa soluções pontuais, mas constitui-se num instrumento de planejamento estratégico que se propõe a gerar soluções integradas e estruturantes que buscam combater a exclusão e promover a inclusão social na cidade do Natal, tendo como base a mudança de cultura tanto no poder público quanto na população a ser beneficiada.

É preciso avançar cada vez mais na execução de ações que reduzam os desequilíbrios sócio-econômicos no nosso espaço urbano. Desequilíbrios que resultam, sobretudo, de um processo de ocupação desordenada do espaço e dos recursos disponíveis para a realização de investimentos em serviços públicos (habitação, saúde, educação, etc) e estruturação do espaço urbano.

Nesse sentido, cabe considerar que os esforços dispendidos pelo poder público ainda são insuficientes para reduzir tais desequilíbrios, o que torna urgente a realização de intervenções estruturantes e integradas nas áreas mais vulnerabilizadas do município.

O adensamento populacional da cidade atinge a qualidade de vida da população, principalmente a de baixa renda, e aponta para a necessidade de transformações sócio-espaciais. A maioria dos assentamentos precários da Cidade do Natal está localizada em áreas de fragilidade ambiental como dunas, mangues e encostas de morros, o que representa, não apenas risco ao meio ambiente, mas também riscos à população que reside nesses locais, já que se encontra mais vulnerável a problemas como enchentes, deslizamentos de encostas e proliferação de doenças, uma vez que vive em péssimas condições de higiene. Tem provocado também, o surgimento de diversos problemas relacionados à infra-estrutura física e ao meio ambiente, que na sua maioria, concentram-se nas áreas periféricas da cidade, onde se identifica a maior carência de serviços públicos, favorecendo o surgimento de segregações sócio-espaciais.

Diante disso, o poder público municipal tem procurado priorizar ações que venham a solucionar os problemas mais graves e urgentes da população. Para tanto, propõe um modelo de intervenção integrado e estruturante capaz de reduzir o impacto negativo causado por problemas de precariedade da infra-estrutura urbana, refletida na pouca oferta de equipamentos sociais urbanos e de melhores condições de mobilidade e acessibilidade urbana.

O município do Natal tem enorme potencial turístico e vive um processo acelerado de crescimento, o que torna fundamental o fomento à prática de um planejamento sustentável para essa cidade. O turismo, atualmente, representa a maior parte da receita do município, com investimentos em empresas de alojamento, alimentação, transporte, comércio varejista, entretenimento e lazer, sendo, ainda, o setor de maior empregabilidade. Ao se analisar as taxas de crescimento populacional de Natal, através dos últimos dados censitários, não é possível observar esse processo acelerado de crescimento, que ocorre em determinadas áreas da cidade, em detrimento da estagnação e até mesmo redução das populações de outras áreas.

Do ponto de vista econômico, pode-se também considerar a ocupação acelerada da Zona Norte, cuja população triplicou em menos de duas décadas (1970/1990), onde a expansão urbana e populacional não ocorreu em função do estabelecimento gradual de atividades produtivas, mas, sim, concentrada na produção de unidades habitacionais, para atender à significativa pressão social por habitação, de uma população com uma faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos.

Nas áreas de expansão da cidade pode-se verificar uma forte carência de serviços sociais básicos e de equipamentos sociais, além da pressão sobre usos não controlados do solo, configurando a existência de bolsões de pobreza, o que implica de imediato o uso predatório de espaços públicos (áreas verdes, canteiros centrais, encostas, dunas, áreas de preservação ambiental) por assentamentos subnormais.

Desde a década de 40, a ocupação do solo urbano de Natal esteve historicamente vinculada aos eixos rodoviários (LIMA,2001). A política habitacional das décadas de 70 e 80, com ênfase na produção de conjuntos habitacionais, implantou moradias destinadas à população de menores rendimentos (Zona norte), e rendimentos médios (Zona Sul), com conseqüente formação de vazios urbanos, à época, gerando grandes deslocamentos rodoviários em veículos particulares ou coletivos. Esses fatores, aliados a questões

políticas e culturais, além da característica de oferta de comércio e serviços em áreas centrais, contribuirão na dependência que a cidade possui quanto à utilização de veículos motorizados.

Diante disso, o Natal do Futuro tem como premissa básica a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade, a partir da qual se dará a integração da cidade como um todo através de grandes corredores viários que ligarão diversos pontos do município. Deduz-se, portanto, que a problemática decorrente da fragilidade no sistema de transporte e mobilidade urbana em Natal é um desafio a vencer e se torna uma oportunidade de melhoria para a vida dos cidadãos.

1.1.2. CUSTOS E FONTES DO PROGRAMA NATAL DO FUTURO

Os custos e as fontes de recursos do Natal do Futuro estão detalhados a seguir.

***Em Dólar

FONTES	US\$ (em milhões)			
	1ª Fase	2ª Fase	Total	%
<u> FONTE EXTERNA</u> BID	33,78	16,68	50,46	60,00
<u> FONTE INTERNA</u> MUNICÍPIO DO NATAL	22,52	11,12	33,64	40,00
TOTAL	56,30	27,80	84,10	100,00

Taxa de Câmbio: US\$1,00 = R\$ 2,80. O financiamento externo será contratado em dólares americanos.

***Em Reais

FONTES	R\$ (em milhões)			
	1ª Fase	2ª Fase	Total	%
<u> FONTE EXTERNA</u> BID	94,67	46,70	142,37	60,00
<u> FONTE INTERNA</u> MUNICÍPIO DO NATAL	63,11	31,13	94,24	40,00
TOTAL	157,78	77,84	235,62	100,00

O prazo para a execução do Programa é de 8 (oito) anos, divididos em 2 (duas) etapas, cada uma de 4 (quatro) anos. A segunda etapa deverá ter início imediatamente após a obtenção das metas a serem acordadas durante a preparação do programa em conjunto com o órgão financiador.

A Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX) recomendou em 13 de Dezembro de 2005 ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorizar, com as ressalvas abaixo, a preparação do Programa Natal do Futuro, nos seguintes termos:

1. **Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal** – Natal do Futuro – 1ª Fase
2. **Mutuário:** Município do Natal – RN
3. **Executor:** Prefeitura Municipal do Natal – RN
4. **Garantidor:** República Federativa do Brasil
5. **Entidade Financiadora:** Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
6. **Valor do Empréstimo:** até US\$ 33.780.000,00
7. **Contrapartida Financeira:** até US\$ 22.520.000,00 – Município de Natal – RN

Ressalva (as):

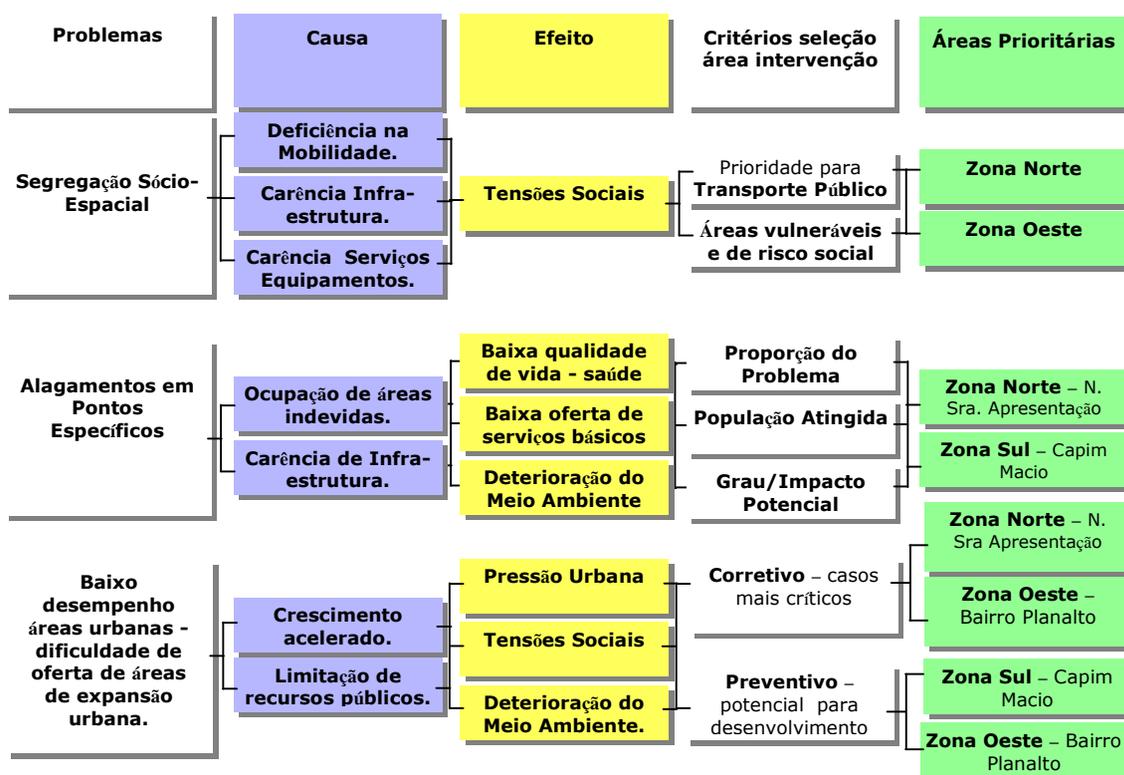
- a) A contratação da operação está condicionada à denominação do empréstimo externo em moeda nacional, no montante equivalente a até US\$ 33.780.000,00, à taxa de câmbio prevista na carta-consulta; e
- b) O Município, previamente às negociações formais de empréstimo externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional.

1.1.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS

Os investimentos do Natal do Futuro serão realizados em diversas áreas do município, sendo a Região Administrativa Norte a que receberá o maior aporte de recursos, aproximadamente R\$ 120 milhões. A Região Administrativa Oeste receberá cerca de R\$ 50 milhões. Por fim, a Região Administrativa Sul que terá um aporte de aproximadamente R\$ 42,5 milhões.

1.1.4. CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A figura abaixo ilustra, resumidamente, a caracterização da problemática que deverá ser enfrentada pelo conjunto de ações integradas, então previstas no Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro.



1.1.5. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

a) REGIÃO ADMINISTRATIVA NORTE

Nessa Região ainda são frequentes as tensões sociais decorrentes de conflitos associados à posse de terra, ora decorrente da grilagem de terrenos ociosos, ora oriundos da multiplicação dos loteamentos irregulares, moldando um quadro urbanístico potencialmente indutor no curto, médio e longo prazo, de grandes dificuldades para o gestor público no tocante à administração das principais funções urbanas na área (infra-estrutura, mobilidade, saúde, educação, lazer, etc.) e, conseqüentemente, da redução da qualidade de vida.

A relativa falta de planejamento urbano (ou a sua não implementação) aliada ao fato de que os investimentos públicos realizados em infra-estrutura econômica e social foram conduzidos de forma desarticulada, conformaram um espaço que apresenta graves problemas sociais, ambientais e urbanísticos. O quadro se torna visivelmente mais complexo, uma vez que se constata o processo de segregação sócio-espacial da população que mora na Região Administrativa Norte. Tal processo pode ser explicado pela concentração de serviços básicos, do trabalho, do lazer, em outras regiões da cidade, e do difícil acesso aos mesmos em razão da existência de uma única via de acesso, a Ponte de Igapó que está localizada sobre o Rio Potengi.

Parte significativa daqueles R\$ 120,00 milhões será destinada para o bairro de Nossa Senhora da Apresentação, em particular às áreas que apresentam graves problemas de drenagem, que por sua vez que comprometem severamente a qualidade de vida da população. Esse bairro apresenta característica eminentemente residencial. Sua expansão desordenada ocorreu, principalmente, através da construção de casas em terrenos situados em loteamentos não regularizados, o que ocasionou a ocupação de áreas passíveis de inundação, fato que se verifica toda vez que a estação de chuvas ocorre em intensidade prevista como normal ou acima desta.

Sendo assim, a existência de extensas áreas alagadas, com casas invadidas por água acumulada, torna-se fato rotineiro nesta região. A construção de uma rede de drenagem que permitirá a interligação e escoamento de águas pluviais entre as áreas inundáveis, torna-se ponto fundamental para o início do processo de implantação de sua Infra-estrutura urbana, fato que propiciará inúmeros benefícios para a sua população, como a ampliação da oferta de serviços de Transportes Coletivos, Coleta de Lixo, e melhoria no atendimento à Saúde, Educação e outros.

No planejamento local se buscará a hierarquização das intervenções e a progressividade na dotação da infra-estrutura, que podem ser iniciadas com medidas simples e consensuais, e ser finalizada com a oferta de serviços de infra-estrutura mais complexos e abrangentes. A melhor solução para o urbanismo de cada área deverá levar em conta a implantação de vias de acesso para o estabelecimento dos serviços urbanos, a definição de áreas livres para o convívio comunitário, e a implantação de equipamentos sociais e de áreas de lazer.

Logo, está previsto um conjunto de investimentos em infra-estrutura urbana, especificamente em drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação. Esse conjunto reduzirá, sem dúvida alguma, o impacto negativo causado pelos alagamentos que normalmente ocorrem nos períodos chuvosos, ao passo que redefinirá as funções urbanas dessas áreas, em particular será possível a construção de equipamentos sociais urbanos, normalmente impossibilitada em razão dos alagamentos. Além disso, serão construídas escolas, centros infantis, unidades de saúde da família, Centros de Referência de Inclusão Social e Produtiva, praças, etc.

Os investimentos previstos no Programa Natal do Futuro, por sua vez, não beneficiarão apenas um bairro específico, na medida em que existem ações direcionadas para a população da Zona Norte como um todo, sendo as principais delas a construção de um ginásio poliesportivo e um teatro social. O poder público municipal entende que esses espaços possibilitarão às crianças, os jovens e os adultos desfrutarem de espaços de sociabilidade e vivência, onde está sendo prevista a realização de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas que, por sua vez, contribuam para inclusão de parte da população.

b) REGIÃO ADMINISTRATIVA OESTE

O bairro Planalto se localiza na Zona Oeste de Natal e apresenta uma das últimas reservas de áreas não ocupadas da cidade. Um fator primordial que contribui para esta situação atual é a inexistência de um sistema de circulação viária dentro do próprio bairro,

já que o mesmo possui poucas ruas pavimentadas. A complementação de seu anel viário, integrando-o à malha urbana, bem como a resolução dos problemas de drenagem das vias a serem construídas, otimizará a oferta de serviços públicos essenciais à população, bem como irá proporcionar um incremento no desenvolvimento sócio-econômico do bairro como um todo.

O bairro Planalto se insere na zona de adensamento básico, para a qual foram estabelecidos parâmetros urbanísticos, tais como densidade de 225 habitantes/hectares e coeficiente de aproveitamento de 1.8. Ainda incide neste bairro a Lei 4.912/1997, que dispõe sobre o uso do solo, limites e prescrições urbanísticas da Zona de Preservação Ambiental – ZPA4 e ZPA3, respectivamente.

O Planalto é um dos poucos bairros de Natal que apresenta potencial para crescimento, principalmente em razão dos vazios urbanos existentes. Nesse sentido, a intervenção do poder público tem um caráter preventivo, ou seja, a Prefeitura Municipal do Natal tem por princípio investir em áreas que apresentam graves problemas urbanos (intervenção corretiva), mas também em áreas nas quais o desenvolvimento das funções urbanas precisa ser orientado de forma a prevenir que espaços apresentem graves problemas de infra-estrutura urbana e de carência de equipamentos.

c) REGIÃO ADMINISTRATIVA SUL

Essa Região será contemplada com investimentos da ordem de R\$ 45,5 milhões, a serem alocados no bairro de Capim Macio. Neste, as ações previstas são na área de Saneamento Ambiental (drenagem e pavimentação). Não estão previstos recursos para esgotamento sanitário, pois Capim Macio já conta com recursos do Governo Estadual e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, então contemplados dentro do PRODETUR-II. Logo, a ação da Prefeitura Municipal será de complementar e potencializar as intervenções em Saneamento Ambiental.

Em suma, o bairro de Capim Macio não será contemplado com ações de Melhoria de Bairro (educação, saúde, assistência social) de acordo com a concepção de Melhoria de Bairro utilizada no Programa Natal do Futuro, dado que o rendimento nominal médio mensal, em salários-mínimos (SM), da pessoa responsável pelo domicílio é de 16,22 SM, com o bairro colocando-se em terceiro lugar no ranking dos bairros da cidade. Esses dados caracterizam Capim Macio como um bairro eminentemente residencial constituído por famílias possuidoras de uma boa condição social.

Cabe considerar, ainda, que o bairro de Capim Macio está situado em área contínua ao ponto de maior atuação turística da cidade, a Praia de Ponta Negra, e apresenta característica de ocupação, principalmente residencial. Localiza-se, também, entre duas Zonas de Proteção Ambiental, o que exige do poder público municipal uma atenção e cuidados especiais ao realizar intervenções nessas áreas, devendo o segmento Conservação Ambiental ser priorizado.

Atualmente, a capacidade de crescimento de Capim Macio encontra-se totalmente comprometida pela falta de conclusão do sistema de drenagem, o qual permitirá o escoamento das águas pluviais até a praia, livrando o bairro da ameaça de inundações

sazonais localizadas, que anualmente, ocorrem com variada intensidade nesta região. Além disso, Capim Macio é considerado pela maioria dos técnicos da área de urbanização, como o bairro de maior potencial de crescimento da cidade.

Sendo assim, a resolução dos problemas, relativos à sua infra-estrutura, uma vez que falta executar, aproximadamente, 95% da drenagem, 90% da pavimentação e 100% do esgotamento sanitário, permitirá seu desenvolvimento pleno.

1.2. PROJETO ÁFRICA VIVA

Localizado na comunidade África (bairro da Redinha – Zona Norte de Natal), esse projeto constitui uma parceria feita entre o Ministério das Cidades, através dos Programas PAT PROSANEAR e HABITAR BRASIL-BID, com a Prefeitura Municipal do Natal, está orçado no valor total de R\$ 10.035.409,04, beneficiando, direta e indiretamente, 11.497 habitantes. O projeto África Viva tem como objetivos gerais a recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, mediante a elaboração de projetos integrados de saneamento que contemplam: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema de drenagem, sistema viário, reassentamento de população e projetos complementares de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública.

O acompanhamento do Projeto África Viva se deu através de três linhas de ação, quais sejam: 1- procedimentos institucionais; 2- atividades do trabalho social e, por fim, 3- reuniões para planejamento, avaliações e registros. Logo abaixo, estaremos esclarecendo as referidas linhas de ação.

1.2.1. PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

Os procedimentos institucionais dizem respeito às ações de atendimento das demandas oriundas do Ministério das Cidades, pelo Programa PAT PROSANEAR. Neste aspecto, dentro das atribuições da Unidade de Gerenciamento de Projeto Local (UGP Local), constituída a partir das exigências do próprio Programa, foi acompanhada a entrega dos produtos realizada pela VBA Consultores (empresa contratada para elaboração dos projetos executivos).

A UGP Local encarregou-se de observar o atendimento dos prazos estabelecidos no cronograma de atividades do Projeto; de intermediar, junto a Caixa Econômica Federal, agente financiador da proposta, as relações institucionais entre a Consultoria e a Prefeitura do Natal; e de atender as exigências do Programa PAT PROSANEAR para que os critérios delineados pudessem ser respeitados, os resultados estabelecidos fossem alcançados e o Projeto tivesse sua exequibilidade garantida.

1.2..2. CRONOLOGIA DAS ATIVIDADES DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DURANTE O ANO DE 2005

No que tange às atividades do trabalho social, estas sempre foram acompanhadas pela UGP Local. Dos meses de janeiro de 2004 a julho de 2005, o trabalho social esteve sobre a coordenação da Consultoria, tendo sido realizadas as seguintes atividades:

- 1) elaboração do Plano de Trabalho Social para as etapas anteriores ao início das obras de requalificação urbana e ambiental da comunidade África;
- 2) visitas a lideranças comunitárias para a articulação desses atores sociais;
- 3) pesquisas censitária, amostral e sócio-organizativa para conhecimento detalhado da realidade local;

- 4) criação do Grupo Local de Participação Comunitária (GLPC) e do Comitê de Representantes de Ruas (CRR) para a aglutinação de sinergias em prol do desenvolvimento comunitário e da organização popular;
- 5) estabelecimento de parcerias com instituições voltadas para a geração de emprego e renda, como o SEBRAE;
- 6) realização de oficinas temáticas com a finalidade de qualificar a comunidade nos mais diversificados temas de sua própria realidade;
- 7) realização de assembléias de moradores para a tomada de decisão conjunta e compartilhada;
- 8) construção de uma mudança de comportamento para com o ambiente natural local através de um processo dinâmico de educação sanitária e ambiental;
- 9) concretização de cursos de capacitação de lideranças comunitárias para uma maior conscientização sobre direitos, deveres e formas de articulação comunitária;
- 10) elaboração do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado do bairro da Redinha e do Projeto de Saneamento Integrado da comunidade África.

Dos meses de agosto a dezembro de 2005, o trabalho social esteve sob a coordenação da UGP Local, haja vista o encerramento do cronograma de trabalho da Consultoria. Com o objetivo de dar continuidade às ações realizadas na comunidade África e no bairro da Redinha, a UGP Local se responsabilizou pelo acompanhamento do GLPC, o qual tomou para si a incumbência de se reunir para discutir e deliberar sobre questões referentes às problemáticas do bairro. E não somente isso, o mais importante é destacar que esse grupo, formado por legítimos representantes comunitários, já se consolidou como uma referência social para trabalhos voltados ao fortalecimento da cidadania local.

Nesse sentido, coube à UGP Local as seguintes atividades junto ao GLPC:

- 1) reuniões para organização de eventos comunitários;
- 2) participação na caminhada *Desperta Redinha* com o intuito de dar visibilidade ao trabalho comunitário realizado no bairro;
- 3) realização de oficinas temáticas sobre: trabalho voluntário e participação popular e desenvolvimento local;
- 4) orientações metodológicas para a realização de uma pesquisa amostral com os jovens do bairro;

- 5) orientações sobre a constituição do GLPC no Fórum de Participação Popular da Redinha.

1.2.3. REUNIÕES PARA PLANEJAMENTO, AVALIAÇÕES E REGISTROS

A terceira e última linha de ação do acompanhamento do Projeto África Viva refere-se às reuniões para planejamento, avaliações e registros. As reuniões de planejamento foram realizadas semanalmente pelos técnicos que compõem a UGP Local juntamente com técnicos de outras secretarias municipais que estão direta ou indiretamente envolvidos no Projeto, bem como com representantes da Consultoria. O objetivo geral é observar como os projetos executivos estavam sendo elaborados, identificando possíveis lacunas a serem preenchidas para o adequado andamento da proposta. O acompanhamento das entregas dos produtos foi o ponto chave destas reuniões. De acordo com o cronograma, os produtos foram sendo avaliados para se observar o cumprimento das exigências do Programa. O ápice do planejamento das ações do Projeto África Viva se dava quando os técnicos do Ministério das Cidades visitavam a UGP Local para avaliar os produtos e a metodologia empregada para a realização das ações. Em consonância com suas recomendações, a coordenação da UGP Local se responsabilizou pelas orientações dadas à Consultoria para possíveis mudanças nos produtos. Assim, o processo avaliativo sempre foi processual, isto é, se deu na medida em que as ações foram sendo realizadas.

Uma preocupação que sempre permeou a UGP Local foram os registros dessas reuniões. Foram criados instrumentais com o objetivo de registrar encaminhamentos propostos e responsáveis pelo atendimento destes, com estabelecimento de prazos e datas limites.

No âmbito do Projeto África Viva, os projetos executivos previstos são:

- a) partido urbanístico;
- b) complementação e melhoria do abastecimento de água tratada;
- c) implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário;
- d) projeto do Sistema Viário, inclusive vias de pedestres;
- e) implantação do Sistema de Drenagem;
- f) melhoria e Implantação de Unidades Habitacionais para Reassentamento de famílias removidas;
- g) coleta de Resíduos Sólidos;
- h) equipamentos Sociais e Urbanos: escola, creche, posto de saúde, centro de atividades múltiplas;
- i) urbanização das Margens do Rio Doce.

1.3. PLANO DE REABILITAÇÃO DO BAIRRO DA RIBEIRA

A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA), em parceria com outras secretarias (SEMURB, SEMOV, STTU e SEGAP) e seguindo um dos seus eixos norteadores de atuação, elaborou carta-consulta para obtenção de recursos junto ao Ministério das Cidades.

O objeto da carta-consulta é a elaboração de um Plano de Reabilitação para o Bairro da Ribeira, enquadrado no Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, especificamente na Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais.

O *Plano de Reabilitação do Bairro da Ribeira* será um instrumento de definição de custos e prazos para concretização das ações a serem implementadas no Bairro, considerando os mais variados aspectos – técnicos, institucionais, jurídicos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, infra-estruturais e financeiros – e tendo por diretrizes a reabilitação dos espaços existentes, a recuperação das características arquitetônicas das edificações, a melhoria das condições de moradia principalmente da população de baixa renda, entre outras.

O Bairro da Ribeira possui características bastante peculiares, sendo o único bairro de Natal onde se pode dispor, simultaneamente, de transporte fluvial, ferroviário e rodoviário, e que possui edificações de grande valor histórico-cultural, o que reforça a escolha da Ribeira como objeto de intervenção. Tais características tornam um imperativo a atuação integrada, motivo que justifica a necessidade de realização de ações conjuntas tanto das diversas secretarias no âmbito municipal quanto de outras esferas de governo, como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca e Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3.1. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Até o momento, os técnicos das secretarias municipais diretamente envolvidas, elaboraram as especificações para a elaboração do Plano de Reabilitação da Ribeira, que envolverá as seguintes atividades:

- Mapeamento dos Grupos Organizados da Sociedade Civil;
- Elaboração do Projeto Técnico Social;
- Levantamento e Análise de Dados e Informações sobre aspectos Infra-estruturais (redes de drenagem, saneamento, viária, transporte público etc) e Socioeconômicos do Bairro;

- Diagnóstico Socioeconômico;
- Cadastramento de imóveis e famílias;
- Planos de Reabilitação das Edificações Públicas e Privadas e Valorização Turístico-cultural;
- Levantamento e Análise dos Instrumentos Legais Incidentes;
- Análise de Viabilidade do Transporte Hidroviário;
- Pactuação do Plano com a Sociedade Civil;

Lembramos que a Prefeitura acaba de assinar o contrato para o serviço de elaboração do referido Plano, e o prazo de execução do serviço deverá durar cerca de seis meses.

1.3.2. Cronograma Físico do Plano de Reabilitação do Bairro da Ribeira

Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho
Mapeamento dos Grupos Organizados da Sociedade Civil						
Elaboração do Projeto Técnico-social						
Levantamento e análise de dados sobre aspectos infra-estruturais e socioeconômicos do Bairro						
Diagnóstico socioeconômico						
Cadastramento de imóveis e famílias						
Planos de Reabilitação das edificações públicas e privadas e Valorização turística-cultural						
Levantamento e análise da legislação incidente						
Análise da viabilidade do transporte hidroviário						
Pactuação do Plano com a sociedade civil						
Versão Final do Plano (pactuado e revisado)						

1.4. PROJETO NATAL CIDADE VIVA

Dentro de uma proposta integradora e com vistas a uma ação conjunta entre os órgãos públicos que compõem a Prefeitura do Natal, o Projeto Natal Cidade Viva foi concebido com o objetivo de dinamizar o processo de urbanização da cidade, melhorando suas condições físicas, sociais, culturais e ambientais, mediante uma proposta de ações multisetorial articuladas entre poder público municipal e comunidades.

Com esse intuito, a SEMPLA iniciou, entre os meses de abril e maio de 2005, um processo de articulação institucional com as demais secretarias municipais para aprofundar a discussão sobre duas questões centrais: a primeira refere-se à necessidade de integração dos órgãos públicos municipais; a segunda diz respeito à necessidade de se otimizar os recursos existentes para melhorar a garantia de direitos à população da cidade.

Com o desenvolvimento das discussões, essas duas questões foram tomando vulto e o corpo técnico municipal foi se conscientizando da importância e da necessidade de se trabalhar articuladamente.

Sob a responsabilidade da SEMPLA, foi elaborada uma proposta metodológica para o Projeto e submetida à análise dos técnicos das demais secretarias, que a enriqueceram com contribuições e sugestões para sua melhoria.

Passado esse momento de discussão preliminar, cada secretaria expôs como poderia contribuir com a proposta, através do preenchimento de uma matriz de planejamento em que constavam os seguintes itens: objetivos específicos, ações, estratégias para execução das ações, quando? que outras secretarias poderão ser parceiras? que resultados se quer alcançar?

Atualmente o Projeto se encontra em fase de reordenação, aguardando a retomada das discussões com as demais secretarias, interrompidas em face de outras prioridades. O DEPRO analisou a situação atual do Projeto e propôs a interação do Natal Cidade Viva com o Orçamento Participativo, uma vez que as duas iniciativas possuem objetivos convergentes.

1.5. PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (PRODEC)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento da organização e da participação comunitária, promovendo a integração dos conjuntos habitacionais financiados pela CAIXA ao espaço urbano da cidade onde estão inseridos.

Deste modo, a Prefeitura do Natal e a CAIXA realizaram uma parceria para a execução das ações a serem desenvolvidas no âmbito do PRODEC no conjunto Parque dos Coqueiros, Zona Norte da cidade. De acordo com a metodologia de trabalho do Programa, foi realizada uma pesquisa de demanda com a comunidade através da aplicação de questionários por agentes de saúde do município, cujos dados foram analisados por uma equipe da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (FUNCERN).

Diante dos resultados da pesquisa, o DEPRO realizou reuniões com representantes da CAIXA e com técnicos de diversas secretarias com o objetivo de implementar o Programa. Foi feita uma apresentação do PRODEC por representantes da CAIXA e discutiu-se como as diversas secretarias poderiam estar contribuindo com a proposta. A partir das demandas da comunidade, discutiu-se também sobre como se aplicariam os recursos existentes, na ordem de R\$ 250.000,00: se em projetos de construção de equipamentos sociais ou se em ações sócio-educativas, a serem executados em 2006, beneficiando uma população de 9.396 habitantes distribuídos em 2.088 domicílios (SEMURB, 2002).

1.5.1. CRONOLOGIA DAS ATIVIDADES DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DURANTE O ANO DE 2005

Entre os meses de outubro a setembro de 2005, foram realizadas as seguintes ações:

- 1) retomada das discussões sobre o Programa com as diversas secretarias do município;
- 2) definição da linha de ação do Programa com a participação da Prefeitura do Natal;
- 3) aplicação de um instrumental para o planejamento do trabalho em rede, proposta metodológica adotada para a implementação do Programa;
- 4) discussão em torno da proposta de aplicação dos recursos do Programa, de acordo com as demandas da comunidade sistematizada na pesquisa.

O próximo passo deverá ser a constituição de uma comissão que irá discutir as propostas apresentadas pelas secretarias com a comunidade do Parque dos Coqueiros, no intuito de definir quais serão as demandas prioritizadas para a aplicação dos recursos. Após esta definição, a Prefeitura deverá assinar contrato com a CAIXA e dar início às intervenções.

1.6. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

A SEMPLA elaborou um documento preliminar que continha uma proposta de adoção de uma metodologia uniforme de elaboração dos Planos Plurianuais (PPA's). O objetivo principal dessa uniformização era o de criar um instrumento de intervenção que tornasse mais eficiente à articulação entre as diversas políticas públicas adotadas na Região Metropolitana. Em linhas gerais, se objetivava a elaboração de um conjunto de estratégias e diretrizes comuns aos municípios integrantes da RMN, a partir das quais seria possível alavancar um modelo de desenvolvimento sócio-econômico integrado da Região Metropolitana de Natal.

Tal elaboração, por sua vez, teria como base à identificação preliminar de demandas e problemas comuns, potencialidades econômicas e aparatos institucionais complementares, etc. A identificação conjunta e a proposição de soluções funcionaria como uma espécie de estimulador e catalisador das ações futuras. Além disso, serviria para ampliar e tornar mais sistêmica a integração entre os municípios da Região, tomando como referência, em um primeiro momento, as parcerias entre os governos municipais. A articulação, todavia, não ficaria restrita apenas aos municípios. Em outras palavras, seria estimulada uma aproximação das prefeituras entre si, e destas com o Governo do Estado, e até mesmo com o Governo Federal.

A parceria entre os municípios, por fim, fortaleceria a RMN política e economicamente, uma vez que municípios mais atrasados poderiam ser beneficiados na barganha por recursos e na criação de condições de negociação mais viáveis. Tal barganha, por sua vez, exige que os municípios adequem seus instrumentos de gestão e planejamento a interesses comuns e potencialmente viáveis ao conjunto da RMN. Nesse caso, a elaboração de um Planejamento Quadrienal comum, deveria estar refletida no conteúdo dos Planos Plurianuais (PPA's). Na prática, o resultado seria a implementação de uma espécie de PPA regional.

Em suma, acredita-se que a promoção da integração social deve ser vista como uma função automática do desenvolvimento econômico, que traz no seu seio o desenvolvimento social. O resgate do social deve ser iniciado com a realização de políticas públicas que traduzam as reais necessidades da população, que fortaleçam a participação popular e que reforcem a cidadania. Isto posto, pensar a Região Metropolitana de Natal de forma integrada, solidária e harmônica, representa o primeiro, quiçá o mais importante, passo na construção de um ambiente metropolitano menos desigual, mais integrado social, política e economicamente e mais sustentável.

1.7. PLANO PLURIANUAL 2006-2009

A elaboração do Plano Plurianual - PPA 2006-2009 foi marcada por duas grandes características: a participação popular e a valorização do planejamento a médio e a longo prazos. A participação popular é um instrumento de transformação social de grande relevância, além de ser indispensável para o planejamento que é, sem dúvida, um dos principais instrumentos de intervenção pública a partir do qual se definem diretrizes e estratégias em vista à consolidação e ao fortalecimento de um processo de desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente equânime.

O PPA foi concebido no sentido de avançar na construção de uma democracia participativa, em que homens e mulheres como cidadãos e cidadãs se ocupam da construção de uma sociedade democrática. Portanto, o primeiro passo para a construção da cidade que queremos será a implementação de instrumentos de gestão democrática e participativa no processo de transformação social que almejamos por uma cidade melhor. Isto posto, realizamos no dia 31 de março de 2005, o Seminário de Participação Social no PPA 2006-2009, com a participação de cerca de 200 participantes representantes da sociedade civil organizada, de universidades, sindicatos, conselhos de regulação de classes, entre outros. Na ocasião foram debatidos os seguintes eixos temáticos:

- GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE;
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL;
- DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL;
- DESENVOLVIMENTO HUMANO E CIDADANIA.

A consolidação do PPA Participativo se deu com a realização de uma Audiência Pública, em 20 de maio de 2005, na qual o poder público municipal devolveu à sociedade civil a compatibilização entre as demandas apresentadas e as ações propostas pelo participantes do Seminário supracitado.

1.8. CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL

A Conferência da Cidade é o mais amplo e democrático processo já empreendido no Brasil para o debate do presente e, sobretudo, do futuro das cidades. E dentro desta lógica democrática, a participação social passa a ser uma questão central, haja vista nosso esforço permanente em ouvir a sociedade sobre diferentes temas, convidando-a e incentivando-a, desde o início, a construir um novo modelo de gestão pública. Desta forma, com o objetivo de pensar uma cidade com melhor qualidade de vida, demos início à 2ª Conferência da Cidade do Natal, cujo tema Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, norteou todas as discussões.

A pactuação democrática foi o caminho adotado para a construção da nossa Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, sendo assim, compreendemos que a construção de uma política urbana sustentável e duradoura passa pelo agrupamento de sinergias entre todos que vivem na cidade. A superação dos desafios e dos problemas urbanos está diretamente ligada à articulação e à integração de esforços e recursos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com a sociedade.

Neste sentido, a *2ª Conferência Nacional das Cidades* teve uma grande responsabilidade histórica: definir, de forma democrática, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Trata-se do instrumento que norteará as ações dos poderes públicos, de forma coordenada e com efetiva participação popular, para reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir uma Cidade para Todos.

Tendo como Lema **REFORMA URBANA: CIDADE PARA TODOS**, e como Tema **CONSTRUINDO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**, os debates foram norteados pela discussão de quatro temáticas principais: *participação e controle social; questão federativa; política urbana regional e metropolitana; e financiamento das políticas urbanas nos âmbitos federal, estadual e municipal*. A 2ª Conferência Nacional das Cidades foi precedida por conferências municipais/regionais que aconteceram no período de 20 de abril a 31 de julho de 2005 e conferências estaduais, que aconteceram no período de 1º de agosto a 02 de outubro de 2005. Podemos encontrar mais informações no site www.natal.rn.gov.br/planejamento.

2. ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.1. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A Prefeitura Municipal do Natal (PMN) definiu como uma das suas prioridades institucionais a participação social e popular no ciclo orçamentário, ou seja, no Plano Plurianual 2006/2009, na lei de Diretrizes Orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, onde surgiu a importância da implantação do Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo (OP) é um processo de democracia participativa no qual a PMN compartilha com a população a responsabilidade pela definição de suas ações prioritárias, através da realização de discussões abertas aos cidadãos para definir a distribuição de recursos públicos municipais de acordo com as demandas elencadas pela população.

No processo de elaboração do Plano Plurianual 2006/2009, a Prefeitura realizou um processo de consulta à Sociedade Civil, através do Seminário de Participação Social e da Audiência Pública do PPA, eventos que reuniram diversos setores da sociedade civil organizada, bem como os agentes governamentais e membros da Câmara de Vereadores. As demandas trazidas pela sociedade civil foram contempladas no PPA e foi eleita uma comissão, com representantes dos diversos setores que participaram do processo de consulta, para acompanhar a votação e a execução do PPA.

Em março de 2005, houve a instituição de uma **Comissão de Estudos para Implementação do OP em Natal** com a participação do Poder Público Municipal (SEMPLA), um representante da Câmara de Vereadores (Vereador Hermano Moraes) e um representante da Sociedade Civil (Olavo Ataíde – Presidente do CEAHS). Essa Comissão realizou duas visitas às Prefeituras de Recife e Aracaju, respectivamente, para conhecer *in loco* as experiências de OP nesses municípios. A Prefeitura do Natal realizou, ainda, em 04 de junho do corrente ano, um Ato de Lançamento do OP em Natal, com a presença do Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que trouxe as ricas experiências de OP em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, como subsídios para implantação da experiência em Natal. Participaram desse Ato Político cerca de 800 pessoas, entre representantes da sociedade civil organizada, agentes governamentais municipais, vereadores, deputados estaduais e federais, além da Governadora Vilma de Faria e do Prefeito Carlos Eduardo Alves, que fez a abertura do evento.

Desde o início do ano a Comissão acima referida elaborou uma proposta para implementação do OP em Natal, que foi submetida aos agentes governamentais municipais, aos vereadores e à sociedade civil, para que possam ser pactuadas as regras para sua implantação.

Em setembro de 2005 a Prefeitura realizou uma consulta à Sociedade Civil na qual foram definidas prioridades para os investimentos constantes no Orçamento de 2006, abaixo relacionadas por região:

ZONA/PRIORIDADES	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3
ZONA NORTE	Transporte	Cultura	Assistência Social.
ZONA SUL	Pavimentação e Drenagem	Cultura	Meio Ambiente e urbanismo
ZONA LESTE	Saúde	Cultura	Esporte e Lazer
ZONA OESTE	Saúde	Meio Ambiente e Urbanismo	Assistência Social

2.1.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Formação da Comissão de Estudos sobre o OP/ março/2005 – a referida comissão instituiu-se com a participação do Poder Público Municipal (representado pela SEMPLA), um representante da Câmara Municipal, e um representante da Sociedade Civil;
- Seminário de Participação Social no PPA março/2005 – o objetivo desse Seminário deu-se sob a ótica de uma consulta à Sociedade Civil para a elaboração do Plano Plurianual 2006/2009, contabilizando demandas das diversas Secretarias com as prioridades elencadas pela Sociedade Civil;
- Audiência Pública do PPA – esta audiência deu-se como resultado do Seminário de Participação Social no PPA, a SEMPLA retornou à Sociedade Civil relação de prioridades contempladas durante o Seminário. Ao final, os diversos segmentos sociais escolheram representantes para compor a Comissão de acompanhamento do PPA 2006/2009;
- Processo de Escolha da Comissão de Acompanhamento do PPA – deu-se durante a Audiência Pública, foi constituída pelos seguintes segmentos: SEBRAE, DIEESE, ABONG, Igreja Católica Apostólica Independente, ATIVA, Associação de Moradores de Felipe Camarão;
- Lançamento do OP em Natal junho/2005 – Este evento deu-se com a presença do então Ministro das Cidades, Olívio Dutra, o qual relatou, para cerca de 800 pessoas, as experiências de Orçamento Participativo em Porto Alegre – RS e a importância da implantação do mesmo no Município do Natal;

- Seminário de Trabalho com Gestores Públicos – o objetivo desse Seminário, objetivou a construção da proposta de OP em Natal e a pactuação das regras, visando o empenho e a integração com a Sociedade Civil. Contou com a presença de uma representante da Coordenadoria do OP na cidade do Recife/PE;
- Seminário de Trabalho com a Sociedade Civil – contou com a presença de um representante do Conselho do Orçamento Participativo de Recife/PE, o qual expôs a experiência de Participação Popular no processo de construção do OP para pactuação das regras, visando o empenho e integração da Sociedade Civil;
- Seminário de Consulta do OP – consulta à Sociedade Civil quanto às temáticas prioritárias para as regiões do município. Estas temáticas foram contabilizadas às ações demandadas pelas Secretarias, sendo o resultado delas contempladas na LOA/2006. Lembramos que na oportunidade, foram escolhidos representantes da Sociedade Civil para compor a Comissão de Acompanhamento do OP;
- Reuniões sistemáticas com a Comissão de Acompanhamento do OP – reuniões objetivando a exposição, dos técnicos das Secretarias, sobre a aplicação dos recursos públicos para o ano de 2006, de acordo com sua área de interesse. A SEMPLA coordenou três reuniões com a comissão do OP;
- Elaboração do cronograma de atividades do OP e visitas aos locais das plenárias;
- Formação do Grupo Técnico de Trabalho – grupo constituído de integrantes das Secretarias Municipais cujo objetivo é o de auxiliar na implementação do OP;
- Parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social – SEMTAS – parceria feita junto ao Departamento de Proteção Social da SEMTAS o qual disponibilizará um recreador, bem como, uma equipe de 40 agentes jovens para o trabalho educativo com as crianças do Orçamento Participativo Infantil (OPI) e ajudará também na mobilização dos bairros;
- Reunião com a secretaria de comunicação do Gabinete do Prefeito, onde ficou definida uma entrevista coletiva para divulgar a proposta do OP;
- Elaboração do cordel “*Agora é assim: você decide, a Prefeitura faz*” – objetivando a apresentação da proposta do OP para Natal – de forma descontraída e de fácil leitura;
- Curso de capacitação no Tribunal de Contas do Estado/TCE - dezembro/2005 – capacitação realizada sobre orçamento e gestão pública, cujos temas foram:
 - Orçamento Público;
 - Órgãos Fiscalizadores das Contas Públicas;
 - Gestão Financeira;
 - Lei de Responsabilidade Fiscal

2.1.2. DADOS DO CADASTRO PARA PARTICIPAÇÃO NO OP

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS – 36
ASSOCIAÇÕES SETORIAIS – 11
CÂMARA DE VEREADORES – 18
CENTROS SOCIAIS E CULTURAIS – 14
CLUBE DE MÃES – 23
CONSELHO COMUNITÁRIO – 82
CONSELHO SETORIAL – 7
ENTIDADES EMPRESARIAIS – 5
ENTIDADES ESPORTIVAS – 9
ENTIDADES RELIGIOSAS – 43
FEDERAÇÕES – 9
INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL E DE PESQUISA – 13
MOVIMENTOS SOCIAIS E ONG'S – 59
ORGÃO DO GOVERNO FEDERAL – 31
PARTIDOS POLÍTICOS – 3
SECRETARIA ESTADUAL – 1
SECRETARIA MUNICIPAL – 41
SINDICATOS – 36

2.2. Elaboração, em articulação com órgãos municipais, a proposta orçamentária do município e a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2006 – encontra-se disponível no site www.natal.rn.gov.br;

2.3. Estabelecimento, orientação e supervisão técnica do programa de execução orçamentária de 2005;

2.4. Elaboração da programação financeira de desembolso para as atividades da administração municipal de 2005;

2.5. Realização da administração dos recursos financeiros do Município de 2005;

2.6. Expedição de atos normativos concernentes à elaboração orçamentária, à execução e a administração das dotações e dos recursos municipais;

2.7. Estabelecimento e promoção de medidas assecuratórias do equilíbrio orçamentário e financeiro do município.

2.3. Elaboração do Orçamento Geral do Município para o ano de 2006.

3. SISTEMA DE INFORMÁTICA

O Departamento de Informática (DI) tem como principais responsabilidades o gerenciamento de toda a estrutura de informática da SEMPLA, bem como a organização, manutenção e controle da Rede de Comunicação de Dados e das páginas da Intranet e Internet da Prefeitura Municipal do Natal. Para estas atividades conta com uma equipe formada pelo chefe do departamento, três chefes de setores (Assistência Técnica, Redes e Segurança, Normas e Tecnologias), mais nove estagiários distribuídos nos três setores.

Durante este período, procuramos melhorar a integração entre o DI da SEMPLA e as demais Secretarias, através de um suporte mais efetivo, diagnosticando e resolvendo os problemas da melhor forma possível. Esta busca de uma maior integração culminou com a organização do evento *“I Seminário de Informática da Prefeitura Municipal do Natal”*, ocorrido no dia 15 de dezembro de 2005, que abordou temas como: PNAFM, Rede GigaNatal, Software Livre e Plano Diretor de Informática. Também foram feitas apresentações dos trabalhos desenvolvidos em cada Secretaria e realizada uma mesa redonda, onde se discutiram os maiores problemas ligados à área de informática na Prefeitura e quais os caminhos para se resolverem estes problemas. O evento contou com a presença de 47 pessoas, de 16 Secretarias.

Realizamos uma visita técnica a Empresa Municipal de Informática do Recife (EMPREL), para conhecermos os projetos desenvolvidos na área de software livre e inclusão digital, além da estrutura tecnológica adotada para interligação dos órgãos da Prefeitura do Recife. Realizamos, também, as seguintes melhorias na Rede de Dados da Prefeitura: aumento da velocidade dos links nas Secretarias: STTU, URBANA, SEL, SEMSUR e SEMOV; instalação de links independentes nas Secretarias: SMS, GAVIPRE, SEMURB e PGM; instalação de links independentes nos órgãos: Tributo à Criança e Guarda Municipal.

3.1. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- NETWORKERS SOLUTIONS FORUM 2005, realizado em São Paulo entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro de 2005;
- II Conferência Latino-americana e do Caribe sobre Desenvolvimento e Uso do Software Livre (LACFREE), que aconteceu nas cidades de Recife e Olinda, entre os dias 05 e 08 de dezembro de 2005.

3.1.1. OUTRAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS SETORES DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA (DI)

Setor de Normas e Tecnologia

- Melhorias no sistema de protocolo solicitado pela SEMURB;
- Criação do portal de Compras (compras.natal.rn.gov.br);
- Desenvolvimento e implantação da nova página da Internet da Prefeitura;
- Treinamento do sistema de protocolo virtual para diversas unidades;
- Implantação da Agenda da vice-prefeita no portal;
- Atualização de conteúdo para as seguintes unidades: SECTUR, SME, URBANA, SEMAD, SEMURB E CGM.

Setor de Redes e Segurança

Suporte nas Secretarias:

- SEMTAS - recuperação de senha do servidor Proxy;
- GAVIPRE - Instalação de link e configuração de rede interna;
- SEMAD - Configuração do servidor Proxy para filtros de conteúdo;
- PGM - Recuperação de senha de servidor, instalação de um servidor Proxy novo, nova rede com link exclusivo;
- SMDC - Instalação de link de comunicação e configuração de roteador;
- SMS - Instalação de novo servidor Proxy e novo link de comunicação;
- SME - Auxílio na compra de servidores novos;
- STTU - Auxílio na compra de servidores novos, suporte na configuração de servidores Linux;
- SEMPLA - Reestruturação e documentação da rede interna, controlador de domínios, recuperação de senhas de 80% dos servidores e roteadores, reinstalação do servidor de e-mail devido a falhas de configuração, reinstalação do servidor Proxy devido à falha mecânica, atualização dos sistemas operacionais dos servidores, implementação de gráficos de utilização de link.

Setor de Assistência Técnica

Suporte interno instalando e configurando equipamentos com os sistemas operacionais Windows e Linux, manutenção dos equipamentos da SEMPLA e atendimento aos usuários. Além destas atividades, este setor realizou suporte em diversos órgãos e Secretarias:

- SEMOV - Vistoria e diagnóstico da rede interna;
- URBANA - Upgrade na rede e configuração de roteador;
- SEMOV – Resolução de problema com o software conectividade social;
- SMS – Colocou em funcionamento o FUGISUS;
- SEMTAS - Diagnóstico da rede recém estruturada do Ofício de Notas.

4. GEOPROCESSAMENTO

Novas tecnologias de geoinformação vêm se tornando estratégicas para a definição e implementação de projetos de desenvolvimento regional e local. Dentre essas tecnologias, o sensoriamento remoto e o geoprocessamento surgem como domínios de importância fundamental para o conhecimento mais preciso do território e de sua ocupação; para o controle e monitoramento de movimentos da natureza e usos do território; para o exercício do planejamento urbano e das políticas sociais.

Quanto maior a organização da informação sobre uma dada realidade, maior o conhecimento de seus problemas e potencialidades e mais fundamentos embasam a tomada de decisões. A organização da informação georeferenciada é ainda mais crucial, na medida em que poderá modelar, de modo abrangente e integrado, o conhecimento das distintas instâncias e dimensões da realidade sócio-espacial e ambiental.

Nessa perspectiva, e com o objetivo de estabelecer procedimentos uniformes para as atividades do geoprocessamento no âmbito da Prefeitura do Natal, o Prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves criou, na SEMPLA, o Departamento de Geoinformação.

Criado em meados do ano de 2005, por ocasião da última grande reforma administrativa na esfera do governo municipal, sua missão principal é auxiliar a Prefeitura na implantação de um sistema de informações geográficas para ambientes multi-usuários e na estruturação física e do quadro técnico para operação desse sistema.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG) é uma ferramenta que permite armazenar dados alfanuméricos e geográficos em um ambiente computacional. Prefeituras que utilizam essa tecnologia conseguem planejar melhor, prestar serviços públicos de forma mais eficiente e aumentar a arrecadação sem elevar alíquotas tributárias, entre outros. Nota-se, portanto, o potencial de ganho de eficiência na gestão pública que a utilização dessa ferramenta proporciona, sendo esta, quando implantada, um verdadeiro “divisor de águas” na gestão da cidade. Não obstante seu potencial de melhoria na gestão pública é importante ter em mente que um SIG é apenas uma ferramenta, sendo imprescindível, por parte da Prefeitura, investir constantemente na coleta e sistematização de dados para que o sistema se mantenha atualizado e em condições de uso, tanto para as tarefas corriqueiras quanto na difícil tarefa de planejar a cidade.

No âmbito do município, o projeto de implantação do SIG está inserido na versão local do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), sendo coordenado por uma Unidade de Execução Municipal (UEM), da qual fazem parte membros da Secretaria Municipal de Tributação (SEMUT), responsável pela coordenação, da SEMPLA, da Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência (SEMAD), da Controladoria Geral do Município (CGM) e da Procuradoria Geral do Município (PGM).

O projeto do SIG proposto para Natal, em virtude de condicionantes do programa de financiamento no qual está inserido e de limitações financeiras, compreenderá poucas secretarias do município. Todavia, o mesmo foi planejado para incorporar gradativamente outras secretarias e órgãos.

4.1. ETAPAS DO SIG/NATAL

- Elaboração da base cartográfica, que se constitui basicamente em um mapa digital a partir do qual poderão ser associados dados aos elementos ali presentes;
- Elaboração do cadastro mobiliário e imobiliário da cidade, que compreende basicamente a coleta em campo de informações dos imóveis (dimensões, padrões construtivos e urbanísticos, entre outros) e dos estabelecimentos comerciais da cidade, além de algumas infra-estruturas urbanas;
- Desenvolvimento e implantação do SIG, que consiste basicamente na definição de softwares e hardwares para o sistema, bem como na associação dos elementos gráficos da base cartográfica aos atributos alfanuméricos da etapa anterior.

Desta forma, percebemos que implantar uma ferramenta que será utilizada por diferentes tipos de usuários, não é tarefa fácil. Especificar um sistema para esse fim requer conhecer as necessidades de cada tipo de usuário, sendo que, alguns destes, simplesmente desconhecem aplicações com usos de sistemas de informação geográfica, tornando ainda mais complexa e demorada a tarefa de concepção do sistema. Ademais, a implantação de um SIG é uma tarefa que não está limitada a uma área de conhecimento, mas a várias delas, como por exemplo, a Engenharia Cartográfica, a Ciência da Computação e o Direito (em suas diversas sub-áreas), entre outras. Esse último fato se constitui em uma barreira a ser transposta para a execução da tarefa, uma vez que a Prefeitura de Natal não dispõe em seus quadros de técnicos, de profissionais de algumas das áreas anteriormente citadas, em especial a Engenharia Cartográfica.

Em que pese às dificuldades, os técnicos do Departamento de Geoinformação, contando com a colaboração de consultores especializados e com técnicos de outras secretarias municipais, vêm trabalhando na elaboração das especificações dos serviços de cada uma das etapas do projeto, sendo que as especificações da primeira etapa foram terminadas ao final do mês de outubro, as da segunda etapa no mês de dezembro e as da última etapa foram iniciadas, mas ainda carecem de maior detalhamento e discussão com os demais órgãos envolvidos no PNAFM/Natal.

No que se refere à primeira etapa do projeto, vale ressaltar que o edital visando à contratação de empresa para elaboração da base cartográfica digital do município não foi lançado porque, à época (mês de outubro), havia a perspectiva de contratação de serviço

semelhante (até com especificações superiores as que seriam contratadas pela Prefeitura) por parte do Governo do Estado, o que resultaria em ganhos financeiros e de tempo para a Prefeitura, que não precisaria realizar licitação e ter que esperar os prazos legais inerentes ao processo licitatório, e que obteria a cessão do produto sem ônus mediante convênio a ser firmado com a administração estadual.

O Governo do Estado realizou, no ano de 2004, certame licitatório para execução do serviço de elaboração da base cartográfica digital do Pólo Costa das Dunas, no qual se insere o município de Natal. Tal certame foi alvo de contestação judicial, que perdurou até àquela época, quando houve decisão judicial sobre o caso e a homologação de uma empresa vencedora. Ocorre que, no início do mês de dezembro, ocorreram novos entraves judiciais no certame que levaram a coordenação da UEM local a decidir por realizar um processo licitatório próprio.

Neste novo cenário, é interessante para a Administração Municipal realizar um único certame licitatório para a contratação dos diversos serviços integrantes do projeto de implantação de um SIG para a Prefeitura de Natal. Tal prática resultará em uma única empresa ou consórcio responsável pela elaboração de todos os serviços, o que propiciará um maior controle de qualidade dos serviços por parte da Prefeitura, situação essa bastante desejável, uma vez que os serviços são dependentes um do outro.

O PNAFM/Natal envolve ainda uma série de produtos destinados à melhoria na gestão da arrecadação e do gasto públicos. Estão previstos diversos outros produtos, entre os quais:

- obras físicas, como a reforma e ampliação do prédio em que está instalada a SEMURB e a construção de um novo prédio que abrigará a SEMUT e a SEMPLA;
- desenvolvimento e implantação de sistemas computacionais integrados, compreendendo as áreas de orçamentária, financeira, tributária, de contabilidade pública, entre outras;
- aquisição de equipamentos;
- programas de educação fiscal;
- programas de capacitação, entre outros.

4.1.1. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- dois Seminários Nacionais sobre Cadastro Técnico Multifinalitário, sendo ambos promovidos pelo Ministério das Cidades em parceria com a Caixa e o Lincoln Institute of Land Policy, e sendo um realizado em Brasília/DF e o outro em São Luís/MA;

- um curso sobre Regularização Fundiária, em Natal/RN, promovido pela SEMTAS em parceria com o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal;
- dois cursos sobre geoprocessamento, promovidos pelo INPE, através do Centro Regional de Natal;
- participação dos servidores em capacitação sobre geoprocessamento no INPE;
- cadastro técnico multifinalitário;
- regularização fundiária;
- apoio a outras secretarias em matérias relacionadas à base cartográfica, cadastros técnicos e sistemas de informação geográfica;
- viabilização de cursos de capacitação em geoprocessamento para servidores municipais de outras secretarias.

4.1.2. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO DE GEOPROCESSAMENTO

a) Especificações técnicas para o Sistema de informações Geográficas (SIG) da Prefeitura

- elaboração dos termos de referência, minuta de edital e de contrato para contratação de empresa visando à elaboração da Base Cartográfica do Município de Natal;
- elaboração dos termos de referência para contratação de empresa visando a elaboração do serviço de cadastro mobiliário e imobiliário e de algumas infra-estruturas urbanas;
- elaboração dos termos de referência para a contratação de empresa visando o desenvolvimento e implantação de um sistema de informações geográficas para ambiente multi-usuários no âmbito da Prefeitura (ainda não concluída);
- participação como representante da SEMPLA na UEM do PNAFM/Natal;
- elaboração, em conjunto com técnicos de outras secretarias dos termos de referência visando a contratação de serviços de consultoria para Consolidação, revisão e atualização das Legislações Tributária, Urbanística e Ambiental, e

redesenho dos processos-chave das Administrações Tributária, Urbanística e Ambiental (ainda não concluída).

5. ESTUDOS E PESQUISAS

5.1. ATIVIDADES EXECUTADAS

▪ ***NATAL TRANSPARENTE:***

O desenvolvimento de novas tecnologias da informação, e a disseminação do uso da internet ampliaram, significativamente, a possibilidade dos cidadãos terem acesso a informações básicas sobre o seu país, seu estado, sua cidade e seu bairro. Todavia, considerando a imensidão de informações que circulam diariamente na internet, dispersas por uma enormidade de sites, muitas vezes um indivíduo não consegue obter uma informação sobre algo de seu interesse, simplesmente porque não sabe onde encontrá-la. Dessa forma objetivando sanar um pouco esse problema, nosso portal pretende reunir, entradas para vários bancos de dados disponíveis na rede mundial de computadores, centralizando informações relevantes sobre a nossa cidade em uma única página. O portal reúne indicadores de saúde, educação, políticas sociais, convênios com o Governo Federal, finanças públicas, estatísticas históricas da cidade, população, trabalho, renda, estatísticas do registro civil, estatísticas econômicas, entre outras informações. O mesmo será permanentemente atualizado.

• ***DINÂMICA E CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DE NATAL/RN: uma contribuição à Política Municipal de Emprego e Renda***

A partir do início dos anos 90 o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo de suas principais regiões metropolitanas, entra num período de crescente precarização, com redução do emprego industrial, diminuição do ritmo de expansão dos postos de trabalho e regressão do neveis de formalização. Essa dinâmica mais geral se repetiu, em menor ou maior grau, em vários espaços regionais. Todavia, dadas às idiosincrasias de cada localidade, tais processos podem ter acontecido em intensidades, velocidades e mesmos padrões distintos do nacional.

Identificar essas particularidades locais de cada mercado de trabalho constitui uma necessidade imperiosa para a concepção de políticas públicas de emprego e renda. Em função disso, e das deficiências de maiores informações sobre o mercado de trabalho de Natal/RN, o presente texto faz uma avaliação da dinâmica e das características do mercado de trabalho desta cidade.

Alguns elementos se destacam na análise: 1) elevada e crescente taxa de desemprego no município de Natal/RN; 2) a natureza heterogênea de seu mercado de trabalho, com destaque para a situação mais precária das mulheres e dos jovens; 3) o número elevado de pessoas que ingressam, anualmente, na idade de trabalhar; 4) o município com o maior número de pobres e miseráveis de todo o RN; 5) o aumento da concentração de renda no município de Natal na última década.

Este trabalho teve sua culminância com a realização do **Seminário Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: novos caminhos à inclusão social** e lançamento do livro: **Dinâmica e características do mercado de trabalho de Natal/RN: Uma contribuição à Política Municipal de Emprego e Renda**, no dia 30 de setembro Hora: 14 horas Local: Auditório do CTGás. Para o qual foram convidadas Pessoas e entidades preocupadas com a questão do mercado de trabalho local (sua dinâmica e suas características), sobretudo os gestores públicos, estudantes, professores, entidades de classe, instituições encarregadas da formação do trabalhador e jornalistas.

- **MAPEANDO A INCLUSÃO SOCIAL NAS CAPITAIS DO BRASIL:**

O objetivo principal deste trabalho é mapear e classificar o nível de inclusão social nas capitais do Brasil, de acordo com um índice síntese, denominado Índice de Inclusão Social - IIS, composto por sete indicadores socioeconômicos distribuídos em três dimensões: Autonomia de Renda, Escolaridade e Risco Juvenil. Além do mapeamento e da classificação das capitais conforme o IIS realizou-se comparações entre as capitais no âmbito nacional e regional, o que possibilitou visualizar geograficamente as regiões menos incluídas e detectar quais as principais carências por dimensão e indicador. Os indicadores socioeconômicos utilizados na composição do Índice de Inclusão Social foram selecionados com base na publicação *Atlas de Exclusão Social no Brasil*¹. A metodologia para a construção do IIS foi a mesma do cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as informações básicas foram coletadas do IBGE (censo 2000). Os indicadores selecionados para compor cada uma das dimensões dizem respeito a vários aspectos das condições de vida das pessoas, tais como renda, escolaridade e segurança, que possibilitam medir a inclusão social de uma determinada população.

5.1.1. OUTRAS ATIVIDADES

- Elaboração dos mapas dos bairros para o Projeto *Natal do Futuro*: Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Felipe Camarão e Capim Macio;
- Elaboração do Estudo “*Nova Divisão Administrativa de Natal*”;
- Aplicação do estudo da “*Nova Divisão Administrativa de Natal*” na *Distribuição dos Recursos do Orçamento Participativo*;
- Parceria com a ONG – Natal Voluntários na coleta de informações sobre o município de Natal, para compor os 48 indicadores que fazem parte das metas para atingir os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)*;
- Coleta de informações e cálculo de indicadores para os bairros: Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Felipe Camarão e Capim Macio, para o **Projeto Natal do Futuro**;
- Desenvolvimento e apresentação do estudo relacionado com os indicadores socioeconômicos de Natal, junto a equipe do Projeto *Natal do Futuro*;
- Estudo sobre *Déficit Habitacional de Natal (em andamento)*;
- Editoração eletrônica do *Relatório da 2ª Conferência da Cidade do Natal*;
- Participação no curso *Indicadores Sociais – setembro/2005* – promovido pelo *SEBRAE*;
- Banner do *Orçamento Participativo*;
- Estudo sobre a **Evolução das Despesas da Prefeitura do Natal no Quadriênio 2006-2009**;
- Estudo sobre os *Impactos da Reforma Administrativa da SEMPLA nas Finanças Municipais de Natal*;
- Apresentação da *Compatibilização do PPA em Audiência Pública* no SEBRAE;

6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Várias ações foram desenvolvidas pela SEMPLA na perspectiva de dotar a administração municipal de elementos compatíveis com o desenvolvimento institucional e a democratização da gestão. Destacam-se dentre estas o funcionamento regular dos conselhos municipais sob sua responsabilidade, a seguir descritas:

6.1. CONPLAM

O Regimento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEMPLA define como sua competência prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente – CONPLAM.

No decorrer do ano de 2005 foram realizadas 11(onze) Reuniões Ordinárias, desde a 140ª, no dia 13 de janeiro até a 150ª, no dia 27 de dezembro do citado ano; foram realizadas, também, 06 (seis) Reuniões Extraordinárias, desde 114ª, no dia 5 de abril até 119ª, em 24 de novembro.

Tivemos a satisfação de obtenção do quorum regimental para realização das reuniões convocadas, exceto a reunião que seria realizada no dia 02 de agosto. Esse resultado se explica pelo efetivo processo de comunicação empreendido pela Secretaria Executiva, pela motivação dos Conselhos e também pela discussão de temas relevantes para o desenvolvimento urbano e ambiental da cidade.

Além disso, conseguimos a realização de reuniões eficazes, com a democrática participação dos Conselheiros e convidados, envolvendo o debate caloroso, porém respeitoso, proporcionando a tomada de decisões baseadas no dialogo produtivo, no respeito à legislação vigente, harmonizando o interesse individual dos interesses da coletividade.

6.1.1. – Processos relatados nas reuniões ordinárias

140ª reunião	. Via Sul empreendimentos e Participação Ltda. . J. G. Incorporações Ltda. . Igreja Universal do Reino de Deus.
141ª reunião	. Área de Interesse social da Favela África
142ª reunião	. Empreendimentos de uso misto – Petrópolis
143ª reunião	. Associação Natalense de Educação e Cultura
144ª reunião	. Projetos do Núcleo Municipal de Educação Ambiental apresentado pela SEMURB
145ª reunião	. Sub-estação da CAERN em Lagoa Nova. . Comissão para elaboração de minuta do Regimento Interno do CONPLAM
146ª reunião	. DELPHI Engenharia Ltda. .Capuche Empreendimentos Imobiliários Ltda.
147ª reunião	. Natal Norte Shopping

148ª reunião	. Alagamar Empreendimentos Ltda . Sistema de Drenagem e Esgotamento Sanitário da Base Aérea de Natal
149ª reunião	. Projeto do Terminal Pesqueiro de Natal
150ª reunião	. MONTANA Construção Ltda . Paulistana Hotéis e Turismo
6.1.2. – Processos relatados nas reuniões extraordinárias	
114ª reunião	. DELFHI Engenharia
115ª reunião	. Processo Igreja Universal do Reino de Deus . Proposta para a área não edificante de Ponta Negra apresentado pela SEMURB . Quatro Incorporação Ltda
116ª reunião	. Processo Igreja Universal do Reino de Deus . MOTTA Hotéis S. A.
117ª reunião	. Sistema de Drenagem Urbana de Natal apresentado a SEMOV . Sistema de Saneamento Básico de Ponta Negra.
118ª reunião	. Via Sul empreendimentos e Participação Ltda. . Acapuço Participações S. A.
119ª reunião	. Capuche Satélite Incorporações Ltda . Construção de Centro de Referência do professor . SOFIMO Corretagem Ltda

A tabela a seguir contém o quadro comparativo de desempenho do CONPLAM no exercício de 2004/2005.

INDICADOR	2004	2005	VARIAÇÃO PERCENTUAL
- Número de Reuniões Ordinárias	10	11	20%
- Número de Reuniões Extraordinárias	4	6	50%
- Número de Empreendimentos Privados Aprovados	8	21	160%

Fonte: Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CONPLAM 2004 E 2005 – SEMPLA.

6.2 COMSAB

O Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB, instituído pela Lei nº 5.285, de 25/06/2001 e regulamentado através do Decreto nº 6.877, de 19/12/2001, cuja presidência é assumida pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, manteve com regularidade suas atividades em 2005.

Lembramos que a criação do COMSAB configurou decisão estratégica do Município no sentido de constituir um órgão colegiado e com poder opinativo, a fim de “participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento; participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Drenagem, Limpeza Urbana e Esgotamento Sanitário do Município de Natal; acompanhar o cumprimento das metas fixadas por Lei, por parte das empresas concessionárias dos serviços de água e esgoto; opinar, promover e deliberar sobre medidas destinadas a impedir a execução de obras e construções que possam vir a comprometer o solo, os rios, lagoas, aquífero subterrâneo, a qualidade do ar e as reservas ambientais do Município, buscando parecer técnico evidenciador do possível dano”, dentre outras competências a ele atribuídas.

6.2.1. – Processos relatados nas reuniões ordinárias

<i>REUNIÃO</i>	<i>DATA</i>	<i>PAUTA</i>
30º Reunião Ordinária	19/01/05	Leitura e aprovação da Ata da 8º Reunião Ordinária; Estabelecimento de diretrizes das ações do COMSAB para o ano de 2005, objetivando dar continuidade à elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento Básico;
31º Reunião Ordinária	25/02/05	Leitura e aprovação da Ata da 30º Reunião Ordinária; Definição de diretrizes das ações prioritárias do COMSAB para o ano de 2005 – Apresentação do documento elaborado pelos Coordenadores e Relatores das Câmaras Técnicas Especializadas;
32ª Reunião Ordinária	29/03/2005	Leitura e aprovação da Ata da 31º Reunião Ordinária; Diálogo com o Presidente da CAERN acerca das Diretrizes traçadas para o ano de 2005 pelo COMSAB, conforme

		deliberação dos presentes;
33ª Reunião Ordinária	20/04/05	Leitura e aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária; Posse dos conselheiros Ildefonso G.Barreto e Geraldo Eduardo da Silva , dos SINDÁGUA/RN, e Fernando Lucena da Câmara Municipal do Natal; Continuidade da discussão acerca das Diretrizes traçadas para o ano de 2005 pelo COMSAB à luz dos questionamentos levantados pela CAERN;
34ª Reunião Ordinária	18/05/05	Leitura e aprovação da Ata da 33ª Reunião Ordinária; Discussão e deliberação acerca do Pleito Tarifário da CAERN;
35ª Reunião Ordinária	15/06/05	Leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião Ordinária; Posse dos representantes do SINDLIMP/RN e da URBANA; Discussão e deliberação acerca do Pleito Tarifário da CAERN;
36ª Reunião Ordinária	20/07/05	Leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária; Relato pela Câmara Técnica de Esgotamento Sanitário (CTES) do processo de nº 00001/2004-COMSAB, relativo ao estudo do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal;
37ª Reunião Ordinária	17/08/05	Leitura e aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária; Análise e deliberação acerca dos processos de nº0003/05 e 0004/05 do COMSAB, relativos respectivamente: a) pedido de visita e parceria para solução dos problemas do Hospital José Pedro Bezerra (Conj.Santa Catarina); b) pedido da SEMOV para integrar a Câmara Técnica Especializada em Abastecimento de Água e

		Drenagem Urbana; Apresentação do resultado da análise do 1º Fluxo de Caixa apresentado pela CAERN à ARSBAN; Apresentação acerca das novas alternativas de tratamento de esgotos utilizados no Brasil; Discussão acerca da matéria publicada no Jornal de Hoje (06 e 07/08/05), no qual o Presidente da CAERN afirma que o COMSAB já havia aprovado a alternativa de tratamento para o Sistema Central do PDES, a pedido da CTES;
38ª Reunião Ordinária	28/09/05	Escolha do tema e da comissão organizadora, bem como definição dos procedimentos, da II Conferência Municipal de Saneamento Básico; Escolha do relator para o processo de nº0004/05 do COMSAB;
39ª Reunião Ordinária	19/10/05	Discussão e votação do relatório referente ao Processo de nº 0004/05 (ingresso da SEMOV na Câmara Técnica Especializada);
40ª Reunião Ordinária	17/11/05	Discussão acerca da resposta apresentada pela CAERN referente à ETE do Sistema Central do PDES;
41ª Reunião Ordinária	21/12/05	Aprovação da redação final do Relatório da II Conferência Municipal de Saneamento Básico de Natal; Homologação do acordo firmado entre os técnicos da ARSBAN, COMSAB e CAERN;
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS		
9ª Reunião Extraordinária	08/09/05	Discussão e apreciação da decisão da Câmara Técnica de Esgotamento Sanitário – CTES e do parecer técnico da ARSBAN, acerca das alternativas de tratamento e disposição final dos esgotos do Sistema Central relativo ao

		PDES;
10ª Reunião Extraordinária	28/12/05	Discussão e homologação do acordo firmado entre os técnicos da ARSBAN, COMSAB e CAERN na reunião ocorrida no dia 22/11/05 no CREA/RN.

6.3. COMCIT

Ainda em 2003, por iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, foi enviada à Câmara Municipal do Natal, no dia 05 de dezembro, a Mensagem nº. 052/2003 propondo a criação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia – COMCIT e do Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia – FACITEC, a partir de proposta elaborada pela SEMPLA. Em 04 de fevereiro de 2004 foi sancionada pelo Prefeito a Lei nº. 5.550, criando o COMCIT e FACITEC, publicada no Diário Oficial do Município de 05.02.2004.

Desta forma, é responsabilidade do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCIT) a proposição, formulação e fiscalização da política de Ciência e Tecnologia do Município de Natal, bem como estimular a realização e a divulgação de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas; acompanhar e avaliar os resultados da política municipal de ciência e tecnologia, divulgando informações; promover e coordenar programas especiais e de fomento, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas essenciais para o Município; fiscalizar o uso dos recursos repassados a projetos de pesquisa por ele subvencionadas; buscar a integração com órgãos estaduais e federais na área da Ciência e tecnologia, efetuando estreita colaboração com os municípios da região do Estado, naqueles projetos de interesse comum da região.

O COMCIT tem a seguinte composição: a Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, seu Presidente; 03 membros indicados pelo Poder Executivo Municipal; e 01 membro indicado pelas seguintes instituições: Câmara Municipal de Natal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN; Universidade Potiguar – UNP; Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET; Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; Federação do Comércio do Rio Grande do Norte – FECOMERCIO; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN; Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC e Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC.

6.3.1. – Processos relatados nas reuniões ordinárias

<i>REUNIÃO</i>	<i>DATA</i>	<i>PAUTA</i>
10ª Reunião Ordinária	26/04/05	Discussão dos recursos a serem programados no PPA 2006/2009 para Ciência e Tecnologia; Adequação do Fundo de Apoio a Ciência e Tecnologia (FACITEC) aos programas do Plano Integrado de Ações Municipais; Plano de Trabalho e Aplicações dos recursos existentes para 2005; Primeira discussão sobre os termos do Edital para chamada pública de projetos;